

MILITARISMO E CRISE ECONÔMICA EM ÁFRICA

Carlos Cardoso*

RESUMO: O artigo analisa as causas da crescente militarização do continente africano enfocando os diferentes atores que interagem na região, dando especial destaque à questão da África Austral. Correlaciona a expansão dos gastos militares com a crise econômica que afeta o continente africano. O autor questiona ainda os reflexos do fenômeno militarista nas variáveis política e cultural.

UNITERMOS: Militarismo – Crise econômica – África – África Austral-Armamentismo

INTRODUÇÃO**

Num momento histórico em que numerosos países estão a melhorar a sua tecnologia de exploração do espaço, a grande maioria dos países africanos ainda se vêem a braços com problemas tão elementares como o da alimentação da parte da sua população.

Com efeito, o ritmo do aumento anual do Produto Bruto em África nos últimos vinte anos (tendo em conta o enorme subdesenvolvimento e rápido aumento da população do continente) não ultrapassou 5 por cento. O volume do Produto Bruto de África (exceto a RAS) constitui segundo as estatísticas da OUA, 2,7 por cento do produto mundial.

O rendimento anual por capita em África é o mais baixo de todos os continentes: 365 dólares para cada africano.¹

É em África onde se regista o mais alto índice de mortalidade de crianças: 137 crianças de cada mil.

* INEP (Guiné-Bissau)

** Comunicação à Conferência Inaugural do PACRED sobre "Militarismo e Sociedade Africana". Yaounde, 11-15 maio, 1987.

(1) Como é evidente, este cálculo médio não reflete o nível de vida de milhões de africanos. Em certos países, esse nível não é superior a 100 dólares.

Também é neste continente que se registram os maiores índices de desemprego e subemprego (45%). A assistência sanitária é precária e às vezes inexistente para milhões de africanos, pois em África há apenas um médico para cada 26 mil pessoas.

Um continente que possui terras férteis em abundância está cada vez mais dependente da importação de produtos alimentares. Em África quase não se desenvolvem os laços econômicos interafricanos, e simultaneamente pioram as condições de comércio e desenvolvimento dos laços econômicos com o Ocidente capitalista.

Tomando em conta o fator demográfico é forçoso constatar que o índice de natalidade anual do continente africano é o maior do mundo: 46,3 para cada mil pessoas (ainda que o índice de mortalidade seja também elevado: 19,8 para cada mil pessoas).

Apresentando estes dados² torna-se evidente que os povos do continente africano, depois de uma pilhagem secular das suas riquezas, caíram numa difícil situação econômica. É um paradoxo mas ao mesmo tempo um fato: a África, rica em matérias-primas e mão-de-obra, vive na pobreza. Esse simples fato constitui por si só uma grave acusação contra o imperialismo que quase reduz os povos africanos à miséria com a sua exploração bárbara e a cobiça de enriquecimento sob o pretexto de "defesa" dos seus "interesses vitais".

Já passaram porém os tempos em que se podia atribuir o subdesenvolvimento e atraso em que se encontram os países africanos pura e exclusivamente à colonização clássica.

Hoje, mais do que nunca as Ciências Sociais em África têm que se engajar na identidade e análise dos mecanismos internos e externos (sejam eles econômicos, políticos ou culturais) que estão na origem da crise (incluindo todos os seus aspectos) atual em que se encontra o continente. A presente contribuição pretende dar a sua quota parte nesta análise que deverá ser multidisciplinar, privilegiando as relações existentes entre o militarismo e a crise econômica em África.

Na primeira parte deste trabalho iremos abordar os conceitos tanto do militarismo como da crise econômica para seguidamente, na segunda parte, debruçarmo-nos particularmente sobre os diversos aspectos desta relação.

(2) Veja: *Socialismo: Princípios, prática, perspectivas*, Setembro 1980, pág. 54/55.

I. A FENOMENOLOGIA DO MILITARISMO CONTEMPORÂNEO – O CASO AFRICANO

O *militarismo* é um sistema inerente ao capitalismo, orientado a organizar e a utilizar a força militar para perpetrar a opressão de classe, a conquista de novas esferas de domínio econômico e político dos exploradores e a consolidação das existentes. Ele expande-se nos Estados burgueses que, preparando-se para as guerras de rapina, levaram a cabo uma política de agressão e uma carreira armamentista.

Ele atingiu o seu apogeu na época do imperialismo, e sobretudo depois da segunda guerra mundial, favorecido em grande medida pela guerra fria. Os objetivos, caráter, graus e formas de desenvolvimento são determinados fundamentalmente pela política imperialista. Um importante papel no desenvolvimento do militarismo contemporâneo desempenha o fato de o imperialismo conceder à máquina de guerra uma transcendência primordial face a outros meios de aplicação da política neocolonialista, tentando parar com as armas o movimento de libertação nacional dos povos e exercendo sua influência no ulterior desenvolvimento dos Estados recém-independentes.

Em África e de uma forma geral nos países em vias de desenvolvimento as manifestações deste tipo de militarismo são frequentes.

No quadro da sua estratégia global o imperialismo desenvolveu na segunda metade dos anos setenta uma grande ofensiva contra as lutas nacionais e oficiais dos povos africanos, asiáticos e latino-americanos, cuja característica fundamental consiste na militarização das relações com estes países e na aplicação da força e de repressão.

Para o caso concreto da África este fato documenta-se na crescente presença militar dos Estados Unidos e outros Estados imperialistas nesta região, nomeadamente através da instalação de base militar na Somália e Kênia e na realização de exercícios conjuntos no Egito, Jordânia, Sudão e Somália. Nos inícios dos anos 80 os Estados Unidos converteram-se no maior exportador de armas ao continente africano, sobretudo por causa dos seus interesses no Norte de África e no Egito, mas também graças à venda de maiores quantidades àqueles países da África negra nos quais havia adquirido uma posição estratégica, sobretudo na proximidade do Oceano Índico.

Esta corrida para "ocupar posições" nos países africanos também caracterizou a política das outras potências imperialistas em relação aos países

que outrora pertenceram ao seu império colonial. Deste modo a França³ tem estacionadas em seis países africanos (Djibouti, República Centro Africana, Gabão, Costa do Marfim, Senegal e Comores) unidades regulares das suas forças aéreas, navais e terrestres na base de acordos sobre cooperação técnico-militar. Este mesmo país coopera com mais 12 Estados africanos no domínio técnico-militar. Em Marrocos, Mauritânia, Tunísia, Burkina Faso, Níger, R.P. Congo, Zaire, Burundi e Rwanda são empregues Conselheiros militares. No togo e nos Camarões a força armada francesa utiliza aeroporto e pontes de apoio.

O número dos soldados e conselheiros presentes nas suas antigas colônias são atualmente 14.000. Ao serviço dos interesses de França em África estão também os 13.000 homens que formam a tropa de intervenção estacionados em França e que várias vezes (1978 no Zaire, 1979 na Rep. Centro Africana, 1983/84 no Tchad) foram utilizados.

Na sua tentativa de militarizar as suas relações com os países africanos esta implementação da presença militar é aliada ao desenvolvimento de esforços no sentido de criar blocos militares. Citamos apenas o exemplo dos esforços desenvolvidos pela França no sentido de criar na África Ocidental alianças militares regionais pro-imperialistas segundo o modelo do pacto de não agressão e de entreaajuda de Estados moderados da África Ocidental assinado em abidjã em 1977 e da "força militar interafricana" criada em 1978 e que no mesmo ano, liderado por oficiais da NATO, entrou em funcionamento, reprimindo o movimento popular na província Zaireense de Shaba.

Como meio para assegurar e alargar a sua presença militar em África os países imperialistas utilizam o fornecimento de armas e equipamento militar, negócio que analisaremos mais tarde no contexto da relação existente entre militarismo e crise econômica em África.

Um outro fato que teve um peso considerável no nascimento e desenvolvimento do militarismo e que hoje em dia faz parte integrante da estratégia e política do imperialismo em relação aos países em vias de desenvolvimento e à África em particular consiste na desestabilização de Estados progressistas através de intervenções diretas ou indiretas, encorajamento de ações contra-revolucionárias e aticamento de conflitos regionais e separatismos. Esta política é praticada por exemplo pelos Estados Unidos em relação a Etiópia, Angola e Moçambique coordenando as suas ações com outros Estados

(3) Veja Midzeu, W. citado por K. Hutscheureuter/ H. Nimschowski / E. Spiegel. *Die nationale Befreiungsbewegung im Kampf fur Frieden, Entwicklung und sozialen Fortschritt in unserer Zeit*, in. Asien, Afrika und Lateinamerika, Berlin (1986)2, p. 195.

imperialistas e utilizando na concretização desta política Estados como Israel e República da África do Sul.

A concepção e realização da estratégia e da política imperialistas tal como a temos vindo a descrever e da qual o militarismo faz parte integrante, provocou uma reação por parte das forças progressistas, nomeadamente dos países socialistas que se viram obrigados a apoiar os países ameaçados pelas potências imperialistas.

Com efeito o colapso definitivo do império colonial português, o incremento da luta de libertação no Zimbábue, que se converteu em uma autêntica guerra anticolonial, a revolução etíope, em Ogaden e Eritreia e o levantamento no Shaba deram lugar a um notável aumento de intervenção estrangeira em África por parte dos países socialistas. Cuba, União Soviética e os países socialistas europeus proporcionaram ajuda militar em grande escala a Angola em 1975-76 e à Etiópia em 1977-78. Estes foram os primeiros casos em que os países socialistas enviaram forças expedicionárias de ajuda a governos não pertencentes ao bloco socialista, demonstrando claramente a sua autonomia logística. O número de soldados e conselheiros militares cubanos e soviéticos enviados a África tem sido ingente.

Segundo estimativas dos serviços secretos ocidentais⁴ que devem ser contemplados com cautela, em 1981 havia cerca de 24.000 cubanos e 2.200 conselheiros militares soviéticos e europeus dos países socialistas em Angola e Moçambique (sobretudo no primeiro país) e 12.000 cubanos e 2.000 soviéticos e europeus doutros países socialistas na Etiópia. Estas tropas viam-se apoiadas por uma grande afluência de armas soviéticas, que atingiu o seu apogeu nos fins dos anos 70.

Não há dúvida de que a ajuda dos países socialistas modificou notavelmente o curso dos acontecimentos em África naquele período crucial, detendo por exemplo a invasão sulafricana de Angola em 1976 e vencendo a invasão somali em Ogaden, no interesse das forças progressistas em África. Há que encarar a presença dos países socialistas em África a partir de um prisma diferente. Elas assumem um caráter completamente diferente e inscrevem-se no quadro do internacionalismo proletário e de solidariedade de classe que obrigam a União Soviética e Cuba a grandes investimentos militares e políticos.

Mas também não há dúvida de que a esta ajuda dos países socialistas a despeito das Ibélicas intenções que a provocaram, conduziu, e num sentido

(4) US Department of State, *Soviet and East European Aid to the Third World*, 1981, Washington D.C., February 1983.

diferente, à uma certa "militarização" das relações entre certos países africanos e os países socialistas, traduzida nos seguintes termos:

- a) aparecimento e, durante um certo tempo, incremento do número de tropas e conselheiros oriundos dos países socialistas em certos países africanos (Angola, Moçambique, sobretudo)
- b) implementação do comércio (envio) de armas dos países socialistas com países africanos.
- c) apoio temporário a regimes militares ou de origem militar, etc.

Desta forma a África não só se está convertendo num campo para a guerra fria, como também se mantém incerta na programação estratégica e, em certa medida, nas estruturas de forças das grandes potências.

Isto comporta muitos riscos para os países africanos. E como dizia Robin Luckham⁵ é provável que os aliados externos estimem ocasionalmente fatores limitativos nos conflitos. Mas os incentivos para o envio de armas e a ajuda militar aos aliados africanos anularam tais limitações. Tal ajuda provavelmente aumentou o alcance, a duração e a capacidade destrutiva dos conflitos africanos e o perigo de que tais conflitos possam piorar as relações entre as potências e incluso precipitar um conflito militar a nível global.

1. As Origens do Militarismo Moderno em África

Na maior parte dos países africanos a independência provocou a decomposição de frente anticolonial e a imersão de uma crise de legitimidade. No seio de políticos, burocratas e das massas em geral desenvolveu-se a tendência de um individualismo baseado em vantagens pessoais ou de grupinhos que muito pouco têm a ver com os interesses nacionais, leia-se de desenvolvimento. E o patriotismo revelou-se como um pouco funcional como meio para legitimar este estado de coisas nos países onde a jovem existência de unidades territoriais e a saliência de rivalidades étnicas fez despertar um senso de identidade nacional. As ideologias que em outras partes do mundo – o liberalismo facilitara uma coesão nesse sentido –, têm poucas raízes para sustentá-la em África. A legitimidade tradicional das políticas pré-coloniais foi irrelevante no Estado moderno culturalmente heterogêneo.

(5) Veja Robin Luckham: *Rearme Militarization en Africa*, in *El Militarismo, Africa internacional*, iepala – fundamentos, nº 1, 1986, Espanha, pág. 67.

Certos valores liberal-democráticos podem ter existido nas sociedades tradicionais, mas numa forma bastante diferente e num contexto político muito mais restrito.

As tradições políticas da sociedade moderna derivam da era colonial – uma era de aparelho autocrático.

Através da descolonização impõe-se a transferência de poderes e responsabilidades a assembléias representativas. Mas todo este processo foi (breve) curto, durando raramente mais de 10-15 anos e muito frequentemente menos ainda. Segundo um estudo publicado por um grupo de investigadores, a democracia formal durou 7,7 anos desde a independência até à imposição de um regime militar, só 4,3 anos desde a independência até a primeira tentativa de golpe militar⁶.

Os valores sociais não puderam fazer os ajustamentos radicais ao constitucionalismo neste espaço de tempo tão curto, especialmente quando o defensor histórico da democracia liberal, a burguesia, era tão fraca. E ao que parece, a burguesia autóctene estava consciente da fraqueza (debilidade) da sua base econômica. Por isso ela resolveu utilizar os seus poderes para promover o fortalecimento da sua base econômica. E isto foi feito muito frequentemente através da corrupção e, o que é ainda mais importante, estendendo o controle do governo sobre a economia de tal forma que a nova elite dirigente fosse capaz de manipular a mais valia. Um subproduto significativo deste esforço de emburguesamento consiste no fato de os postos governamentais serem vistos como o principal meio para resolver e/ou salvaguardar os interesses econômicos.

Por outro lado a base objetiva deste comportamento está intimamente ligado ao estatismo externo existente nas sociedades africanas, uma vez que é axiomático que nestas circunstâncias se desenvolve a tendência para resolver a competição econômica através da ação política, concretamente através da luta pela manipulação do poder político. Neste contexto não é difícil de tornar plausível a existência de uma correlação íntima entre as formas de manifestação do poder (neste caso o militarismo) e a base econômica na qual ele se assenta⁷.

Esta luta pela conquista e manutenção do poder político tem assumido formas diversas, conforme as condições históricas, mas ela tem resultado sempre no desrespeito e/ou desmantelamento das instituições democráticas e no pior dos

(6) Refere-se ao estudo "El militarismo", op cit., pág. 39/40.

(7) Veja "El militarismo", op. cit., pág. 38/39.

casos em autoritarismo. Mais de metade dos regimes africanos nos fins de 1984 era militar ou quase-militar.⁸

Outras estatísticas indicam que em meados de 1984, 46 estados independentes da época tropical sozinhos tinham sofrido pelo menos 60 golpes de Estado vitoriosos, liderados por Ghana e Benin, tendo cada um destes sofrido cinco derrubes de governo. Nigéria tinha experimentado quatro mudanças inconstitucionais de regime.

O povo de Uganda tem sido atormentado por, virtualmente, todas as formas de violência política desde 1972. Mesmo aqueles protótipos de estabilidade política, Quênia e Camarões, tiveram que refutar uma tentativa sanguinária de golpe de Estado. Raramente em África se verifica uma sucessão pacífica e constitucional de um presidente para outro.

Na prática é aliás difícil distinguir entre estas formas, pois muitos dos regimes com suporte militar se esconde atrás duma capa civil. Em apenas cinco países, menos que um oitavo dos países da África Sulsahariana, existem partidos políticos competitivos.

Mesmo nestes casos, a tolerância da elite governante deixa muito a desejar. A tendência geral é de eliminar a oposição.⁹

No Período compreendido entre 1960 – 82 só havia 6 exemplos.

O sistema de partido único que historicamente pode ter alguma explicação¹⁰, tornou-se a forma dominante de exercício de poder, o que é por sua vez talvez uma consequência do estatismo. Constatamos uma estreita ligação entre o militarismo, sistema unipartidário e estatismo. De fato, as nações recém-independentes eram e ainda são altamente estatistas. Isso foi também em grande parte um legado do regime colonial que repousava no uso excessivo e

(8) Segundo o estudo do "África internacional, op. cit., 18 países estão governados por militares há mais de uma década, pelo menos 13 sofreram dois ou mais golpes de Estado contra o regime no poder e muitos dos outros sofreram a ameaça de tentativas de golpe de Estado. Por outro lado a distinção entre governos militares e governos civis é cada vez mais superficial. Os governos civis de pelo menos 8 países africanos têm a sua origem em golpes de Estados dirigidos pelo atual grupo no poder (Guinea-Bissau, Uganda, Comores, Seychelles e Lesotho), em guerras civis (Tchad) ou na passagem do poder de um regime militar (Egito, através da civilização gradual de um governo militar; Serra Leoa, como consequência de um contra-golpe levado a cabo em 1968 por parte da tropa contra o precedente regime militar). A grande maioria dos governos civis africanos adota sistemas políticos cerrados, baseados num governo presidencialista ou de monopartido.

(9) See Richard Sandbrook: The state and Economic Stagnation in Tropical Africa, in: *World Development*, vol. 14, nº 3, Great Britain 1986, pp. 322/323.

(10) This Kind of single-party system is easy to explain since it was a logical response to the colonial situation which often forced the several political organisations within the country to form a widespread national front to fight the foreign oppressor.

brutal da força para reprimir os explorados. Dado o fato de numa grande parte destes países o aparelho administrativo se ter mantido intacto e em força, o poder de Estado estava altamente organizado, mesmo se ele não conseguiu cumprir com a tarefa de desenvolvimento do sistema de produção. Por isso mesmo o estatismo tem os seus aspectos políticos, mas também econômicos. O regime colonial impediu que os nativos tivessem acesso às riquezas nacionais, para além de um certo *minimum*¹¹.

E isto não se deve simplesmente à procura gananciada do lucro máximo. Foi também uma política para impedir qualquer concentração de riqueza econômica que mais tarde pudesse servir de base para poder político.

Nas economias estatistas a competição política tem a tendência de ser uma luta mortal, particularmente por causa da primazia atribuída ao controle do poder político.

Em África isto tornou-se a chave mestra para todas as coisas. Por causa da sua extraordinária importância, a luta pelo controle de poder de Estado tornou-se muito intensiva – podia-se até dizer, Hobbésiano. Como os riscos são tão grandes, as partes em competição fazem tudo para ganhar. Pouca atenção é dedicada à atitude constitucional, e as leis são emendadas, reinterpretadas ou pura e simplesmente violadas dia após dia apenas para perseguir os propósitos da facção hegemônica da burguesia. A tendência geral consiste em aniquilar os oponentes políticos em vez de vencê-los.

2. Algumas Considerações Sobre a Crise

Nesta parte da nossa contribuição não temos a pretensão de aprofundar a problemática da crise o que ultrapassa os limites desta conferência – querendo apenas abordar algumas questões que no seu conjunto, possam servir de ponte para a abordagem de objeto principal desta contribuição: A relação entre o militarismo e a crise econômica em África.

Ao proporem este tema os organizadores desta conferência deixam entender que está fora de discussão que a África está a atravessar uma crise muito séria que assume proporções cada vez mais preocupantes e cuja solução não está à vista. Aliás já nos primeiros meses de 1984, o CODESRIA tinha lançado um projeto de pesquisa sobre a anatomia da crise e os problemas de ajustamento das economias africanas. Aproximadamente um ano mais tarde, em Março de 1985,

(11) See Claude Ake: Explanatory notes on the Political Economy of Africa, *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 14, nº 1, pp. 20/23.

esta mesma organização, em colaboração com CSER¹² pôs termo a um longo processo de análises e de debates, promovendo uma conferência inteiramente dedicada a este tema.¹³ Estes dois fatos aliados à publicação dos resultados desta última, demonstram por si não só o consenso sobre a existência da crise, mas, também sobre o conteúdo que se lhe deve atribuir.

Apesar das controvérsias sobre a questão de saber se a crise em África é o produto de uma crise no centro do sistema mundial capitalista e sobre a sua natureza, parece haver unanimidade em admitir que a quase totalidade dos países africanos deve fazer face a um déficit crônico na sua balança de pagamentos, a um endividamento crescente, a um serviço de dívidas cada vez mais pesado, agravado nos últimos anos pela flutuação constante do curso de dólar americano.

Para Samir Amin a crise atual resulta principalmente da distorção à escala mundial nos preços da força de trabalho, a qual fixa os seus limites ao tipo de desenvolvimento periférico e mundial. E por isso resolveram designá-la por crise do imperialismo. De igual modo constitui a crise das relações Norte-Sul o eixo central da crise global e, neste sentido, as soluções preconizadas definem-se (e se colocam a esquerda ou direita) principalmente através da perspectiva que elas propõem para a evolução destas relações¹⁴.

De fato a maior parte dos problemas econômicos que os africanos enfrentam, é o resultado de condições que se situam para além das suas fronteiras e fora do seu controle. Os países africanos têm sido vítimas da mais instável e desfavorável conjuntura econômica internacional desde os anos 30. Desde 1973 o preço dos produtos primários dos quais dependem os seus lucros de exportação tem flutuado violentamente e finalmente sofreram um colapso, atingindo o seu nível real mais baixo desde a II Guerra. Os preços das suas importações subiram dramaticamente durante o mesmo período. Os preços do petróleo aumentaram em 600% e os preços para os produtos manufaturados acompanharam as altas taxas de inflação nos países desenvolvidos. Breve, os termos de troca da maior parte dos países africanos viraram-se contra eles durante a década passada.

Para além dos problemas causados em África pelo imperialismo nas duas últimas décadas através, entre outros termos, de troca desigual, devemos dirigir a nossa atenção para as causas internas da crise que os países africanos enfrentam. Não há dúvida de que os africanos são em grande medida responsáveis pelas políticas econômicas que têm praticado e que têm

(12) Centre de recherches Economiques et Sociales, University of Ahmadu Bello, Zaria, Nigeria.

(13) The exact theme of the conference was "L'Ajustement des Economies Africaines à la Crise Economique Mondiale". It was in Zaria, Nigeria.

(14) Samir Amin: La crise du système mondial: integration ou déconnexion? Guerre au paix?, in *Socialism in the world*, 46'85, pp. 37/38.

desencorajado o crescimento, e pela gestão deficiente dos recursos econômicos que resultou num desperdício alargado e corrupção.

Em muitos países africanos as políticas econômicas têm sido usadas para propósitos que não têm nada a ver com desenvolvimento. Estas políticas têm servido antes para manter a posição política de leaders e, às vezes, para aumentar os seus rendimentos pessoais. Assim, excedentes financeiros provenientes da agricultura têm sido desviados de reinvestimento na produção agrícola e em vez disso têm sido utilizados para financiar partidos políticos. Os preços praticados para os produtos agrícolas têm beneficiado mais os consumidores nos centros urbanos enquanto que desencorajou um aumento da produção dos bens de primeira necessidade.

Os serviços administrativos do Estado têm funcionado como um escape para resolver as congestões do mercado de trabalho, proporcionando empregos mesmo quando não há tarefas concretas para desempenhar. As decisões sobre o tipo e a localização da maior parte dos investimentos têm sido baseadas em considerações de patronagem ou em desejos dos dirigentes políticos em criar símbolos de nação e modernização como autoestradas, fábrica de aço, lavanderias públicas ou aeroportos modernos.

Desde a independência avanços reais foram conseguidos na maioria dos países em áreas como a dos serviços educacionais e sanitários, e estes avanços são refletidos em significativo crescimento na taxa de alfabetização e de esperança de vida. Contudo, mesmo estas conquistas estão a tornar-se difícil de manter porque elas têm que ser financiadas pelo governo, mas raramente proporcionam rendimento ao governo. Como as condições econômicas pioraram, os governos que financeiramente foram atingidos também foram forçados a limitar o crescimento dos serviços sociais.

Estes e outros fenômenos mostram que importa fazer a anatomia da corrente crise em África, analisando estes fenômenos não separadamente, mas na sua interação dialética. Esta análise deve ainda aprofundar-se no sentido de procurar encontrar a forma e os mecanismos como as relações imperialistas condicionam estas evoluções a nível das economias nacionais. Mas antes de passarmos a analisar as relações acima mencionadas, gostaríamos de acrescentar que o debate sobre qual dos fatores é o mais importante – as políticas internas ou os condicionalismos externos – só tem sentido num contexto em que é preciso identificar o mal número um para poder ser banido pela raiz.

Portanto o desafio maior consiste na definição dos passos que devem ser dados para superar a crise e/ou diminuir os seus efeitos negativos. Deve-se lembrar aliás que estes problemas internos que nós enumeramos causados pelos africanos, devem ser vistos como o modo de penetração do capitalismo nas sociedades africanas pré-capitalistas que é inseparável do capitalismo mundial.

II. MILITARISMO E CRISE ECONÔMICA

Durante os anos 70 consolidou-se em África o processo de militarização. Nesta década aumentou o gasto militar do continente no seu conjunto e na maior parte dos países.

Até 1980 as importações de armas cresceram mais rapidamente que em qualquer outra parte do mundo. A diferença existente entre os países africanos mais armados e os menos armados experimentou um aumento alarmante. Nos finais dos anos 60 e nos primeiros anos de 70 produziu-se uma série de golpes de Estado militares. A partir de então cerca de metade dos países da região encontra-se debaixo de regimes de origem militar¹⁵.

O continente sofreu guerras de grande envergadura na África Austral, Somália, Sahara Ocidental e no Chade, para não falar dos numerosos conflitos armados menores. As potências exteriores intervieram militarmente nos assuntos do continente, com crescente impunidade. A região continua a ser uma das principais zonas de conflito. Quais são as consequências económicas deste estado de coisas?

1. As Consequências Económicas do Militarismo

Certamente o militarismo é apenas um aspecto na explicação dos problemas económicos massivos que aflige a maioria dos países africanos. Um clima económico internacional desfavorável, calamidades naturais como a seca e a desertificação e em muitos casos a ausência de potências de base também impelem as economias para o declínio. Mas os gastos militares e outras formas de manifestação do militarismo aumentaram de tal forma o seu peso nas economias nacionais dos países africanos que uma omissão da análise da relação entre o militarismo e a crise económica comprometeria qualquer estudo sério sobre a verdadeira dimensão da crise.

Com efeito, a natureza duradoura e global da crise económica mundial realçou o fato da interdependência mundial e da perpetuada relação de dominação, da discrepância entre as relações de poder militar, político e económico, bem como da incompatibilidade da Nova Ordem Económica Internacional com a corrida aos armamentos e a política de blocos. Tudo isto induziu muitos pesquisadores sobre a questão da paz e do desenvolvimento a

(15) See Robin Luckham: *Rearme y Militarizacion en Africa*, op. cit., p. 48.

abordar o problema da corrida aos armamentos e militarização de uma forma mais complexa e dialética, colocando-o num contexto mais vasto, investigando as interações multidimensionais entre a dinâmica do armamento e o desenvolvimento tecnológico, económico, social e cultural do mundo, a explorar o papel da corrida aos armamentos na crise económica mundial e os efeitos da transferência de armas e militarização das relações centro-periferia, etc.

Querendo manter esta tradição de uma abordagem do problema da corrida ao armamento e da militarização num contexto mais complexo e dialético, somos forçados a realçar que seria erróneo procurar uma simples correlação de causa e efeito, entre estes dois fenómenos, como muitos têm a tendência de fazer, vendo o militarismo como a causa e a crise como o efeito.

Mais do que isso, as formas de manifestação do militarismo atual em África e a crise económica que assola o continente estão numa relação dialética complexa, na qual nenhum destes elementos podem ser vistos só e estaticamente como a causa e o outro como o efeito. Como acontece em qualquer processo caracterizado por contradições dialéticas, o Militarismo e a crise económica estão numa relação dinâmica tal que, conforme o contexto, o caso ou momento histórico, qualquer dos elementos pode mudar de função. Se por um lado os tremendos gastos em armas, equipamento e tecnologias bélicas, bem como a manutenção de corpos regulares de exercício contribuem cada vez mais para afundar a economia dos países africanos, não é menos verdade que o enveredamento de muitos regimes pelo militarismo constitui em si a expressão da crise global (económica, política e cultural) em que se encontram.

Porém, nesta modesta contribuição só vamos poder debruçar-nos sobre o primeiro aspecto desta relação.

No que diz respeito por exemplo aos gastos militares dos países africanos, eles continuaram a aumentar na primeira parte dos anos 70, apesar da recessão, alcançando o seu valor máximo em 1976 - 77, quando somaram um nível duplo ao de 1970 (a preços constantes)¹⁶.

O aumento foi particularmente drástico em África Setentrional, em parte por causa da sua proximidade com o Médio Oriente.

Houve aumento menores na África Subsahariana, cujos gastos militares cresceram mais de 50% nos primeiros anos da década¹⁷. Os crescentes benefícios dos principais produtores de petróleo do continente - em particular Argélia, Líbia e Nigéria - tiveram certa influência sobre estes aumentos, se bem que inferiores

(16) See *ibid.*, p. 49/51.

(17) See *ibid.*, p. 51.

às previsões. No decurso de toda a década, os seus gastos militares não registraram um aumento muito maior ao dos países importadores de petróleo.

O quadro começou a mudar notavelmente até aos finais dos anos 70, quando a recessão começou a golpear as economias africanas. Em 1977-78, já se tinha nivelado o aumento dos gastos militares. Dos dados incompletos disponíveis, pode-se deduzir que é bastante provável que os gastos militares do continente, no seu conjunto, assim como os da maioria dos países africanos, começaram a diminuir (em termos reais) a partir de 1979 e durante os primeiros anos 80¹⁸.

É extremamente difícil por exemplo determinar quais têm sido os efeitos dos gastos militares sobre os resultados económicos e, sobretudo, estabelecer o grau de responsabilidade do aumento de tais gastos nos anos 60 e 70 na crise económica que golpeou a África.

Estudos recentes¹⁹ sugerem que os gastos militares aumentaram mais rapidamente nas economias de rendimento médio e de maior crescimento, e que cresceram mais lentamente e inclusive diminuiu nas economias mais pobres e de crescimento mais lento. Segundo Luckham isto pode dever-se simplesmente ao facto de que nos países de rendimento médio os factores aos quais se deve o crescimento não militar – entre os quais se encontra o rápido aumento dos benefícios dos produtores de petróleo e outros minerais – provocaram também um maior gasto no sector militar, enquanto que nas economias de crescimento mais lento os gastos militares diminuíram por causa da rápida inflação e da diminuição dos ingressos dos governos.

Não obstante isso e como também dizia Tomás Szentes, "perante a natureza complexa e multifacéticas manifestações da militarização assim como das suas interações multidimensionais com o desenvolvimento sócio-económico, não podemos tomar os dados estatísticos respeitantes ao volume e ao crescimento das despesas militares directas, tamanho das forças armadas e o número de cientistas e técnicos empregues na produção e investigação de armas, etc., como indicador suficiente do total de perdas ou uso indevido, causado pela militarização global, dos recursos disponíveis para desenvolvimento económico.

Estas estatísticas são certamente muito úteis para ilustrar o uso totalmente irracional, o desperdício absurdo dos escassos recursos de desenvolvimento. Elas demonstram, contudo, apenas o topo do "iceberg" e não podem de forma alguma indicar aquelas diversas perdas sócio-económicas,

(18) See *ibid.*, pág. 51.

(19) See for instance Robin Luckham, *op. cit.*, p. 50.

destrutiva dos conflitos africanos e o perigo de que tais conflitos possam piorar as relações entre as potências e incluso precipitaram conflito a nível global.

A nível interno o militarismo tem se manifestado em África quer através do crescente desrespeito das instituições e decisões constitucionais e simultâneo reforço do poder das estruturas militares e para-militares ao serviço da preservação do status quo, quer através do aumento das despesas para fins militares.

E como se isso não chegasse para demonstrar o carácter militar de certos regimes africanos, a própria linguagem política utilizada pelas elites no poder tornam-se militaristas. Longe de querer retomar o debate controversa sobre a questão de saber se a crise em África é o produto de uma crise no centro do sistema mundial capitalista ou corrolário dos aspectos internos da crescente militarização das Sociedades africanas, parece-nos evidente que há uma estreita ligação, leia-se dialética, entre o fenómeno da crise e o do militarismo em África. Se por um lado os tremendos gastos em armas, equipamento e tecnologias bélicas, bem como a manutenção de corpos regulares de exército têm uma influência negativa no crescimento económico global de certos países africanos, não é menos verdade que o enveredamento destes países pelo militarismo constitui em si a expressão da crise global (económica, política e cultural) em que estes países se encontram.

É extremamente difícil determinar exactamente quais têm sido os efeitos dos gastos militares sobre os resultados económicos e sobretudo, determinar o grau de responsabilidade do aumento de tais gastos nos anos 60 e 70 na crise económica que golpeou a África. Sabe-se relativamente pouco sobre os preços, os financiamentos e as condições de crédito das transações relativas a armas para poder generalizar sobre os seus custos reais em moedas estrangeiras e sobre seu impacto sobre o endividamento dos países africanos. Não há dúvida porém que uma parte substancial das já escassas divisas dos países africanos se destina a gastos militares, o que prejudica sobretudo as importações de bens de equipamento. As despesas militares têm uma incidência negativa sobre o emprego; elas constituem um pesado fardo para todos os países do mundo, mas sobretudo para os países africanos em vias de desenvolvimento. Particularmente no que diz respeito à importação massiva de armamentos, elas deformam a estrutura do comércio exterior desses países, enfraquecem inevitavelmente o seu sistema financeiro nacional, pois a maior parte dos jovens Estados não dispõe de reservas monetárias para adquirir os artigos militares, sendo obrigados a comprá-los a crédito. E nestas circunstâncias os bancos privados ditam as suas

países africanos exportadores de petróleo não só aumentaram rapidamente, mas também representaram grande parte do total continental nos dois períodos citados: 48% em 1975-76, 51% em 1978-80. Também neste caso as estatísticas nem sempre refletem cabal e fielmente a realidade. É reconhecido que as partes estatísticas disponíveis tendem a subestimar o valor do comércio de armas:²⁴ não só porque calculam por defeito as transferências de alguns exportadores, mas também porque omitem ou subvalorizam o comércio de armas ligeiras e das peças sobressalentes.

Tendo presentes tais omissões é provável que o valor das importações de armas possa comparar-se ao do pagamento do serviço da dívida externa (que no começo dos anos 80 girou em torno dos 12% do comércio exterior dos países da África Subsaariana) e possa representar até um terço de todas as importações de maquinaria e elementos de transporte.

Sabe-se relativamente pouco sobre os preços, os financiamentos e as condições de crédito das transações relativas a armas, para poder generalizar sobre seus custos reais em moeda estrangeira e sobre seu impacto sobre o endividamento dos países africanos.

Não há dúvida porém que uma parte substancial das já escassas divisas dos países africanos se destina a gastos militares, o que prejudica sobretudo as importações de bens de equipamento. As despesas militares têm uma incidência negativa sobre a dinâmica da expansão econômica, sobre o volume dos investimentos e sobre o emprego; elas constituem um pesado fardo para todos os países do mundo, mas sobretudo para os países africanos em vias de desenvolvimento.

Particularmente no que diz respeito à importação massiva de armamentos, elas deformam a estrutura do comércio exterior desses países, enfraquecem inevitavelmente o seu sistema financeiro nacional, pois a maior parte dos jovens Estados não dispõem de reservas monetárias para adquirir os artigos militares, sendo obrigados a comprá-los a crédito, e nestas circunstâncias os bancos privados ditam as suas condições e procuram estabelecer a sua dominação sobre as finanças destes Estados; deterioram sensivelmente a estrutura de produção destes Estados. As importações de material bélico, diferentemente das de artigos civis, não são nada mais que uma dilapidação de recursos, porque elas não contribuem nem para o consumo, nem para o tesouro (acumulação).

(24) *Ibid.*, p. 58

Mesmo se as armas e as munições são fornecidas sob a forma de "dons", os custos de manutenção e de reparação destes materiais, bem como as despesas para a criação de infraestruturas necessárias são assumidas normalmente pelos países que as adquirem.

Naturalmente que a acumulação de armas não está homoganeamente distribuída. Somente 7 países – África do Sul, Egito, Líbia, Etiópia, Argélia, Marrocos e Nigéria (por ordem de capacidade militar) – podem afirmar que possuem uma capacidade militar convencional comparável àquela dos países fora da região. Destes só dois, Etiópia e Nigéria, se encontram na África Negra. No seu conjunto, estes 7 países realizaram 84% das importações continentais de armas "maiores" entre 1980 e 1983, foram responsáveis de 79% dos gastos militares em 1980 e dispõem de 72% de 1.800.000 homens de uniforme do continente africano.²⁵

O Egito apenas, gastou em 1985 4,14 bilhões de dólares só em questões militares. Este país tem que manter um exército de 445.000 homens, 427 aviões de combate, dos quais aproximadamente 150 comandos, 14 submarinos, etc.²⁶

A África do Sul ocupa o primeiro lugar dentre os países africanos mais armados. No entanto, segundo um relatório publicado pelo Departamento de Pesquisa Econômica da Universidade de Stellenbosch, na província de Cabo, o nível de vida médio dos sulafricanos continuará a baixar em 1987, e a crise em que se encontra o país não terminará mesmo que se registre um aumento de preço do ouro que melhoraria ligeiramente a economia. O desemprego, estimado por alguns especialistas em mais de 40% o que significa que atinge quatro a seis milhões de pessoas – aumentará ainda em 1987.

Os impostos não baixarão devido às necessidades orçamentais do Estado, a inflação permanecerá elevada, cerca de 15,5%, e o Rande continuará a enfraquecer face ao Dólar não obstante os esforços governamentais para mantê-lo entre 40 a 45 céntimos do Dólar. Os impostos sobre os rendimentos passarão de 11,7% em 1986 para 12% em 1987 e as taxas de juros passarão de 14,5% para 13%.

Na ilusão de diminuir a dependência em relação aos fornecedores de armas e outros materiais bélicos muitos países optaram pela produção interna de armamentos. No entanto a prática demonstra a inconsistência deste tipo de

(25) *Ibid.*, p. 60.

(26) See *Jeune Afrique*, special, 13/20 Oct. 86, p. 61.

cálculo: a criação de uma indústria militar nacional nos países africanos só constitui para reforçar a influência dos países fornecedores de materiais e de tecnologia militares. O alto nível destes últimos não permite aos países pouco desenvolvidos apoiar-se no potencial científico e na produção nacional.

Conhece-se o caso de países onde, depois de vários anos de produção de armas sob licença estrangeira, foi necessário aprender, praticamente partindo do zero, todo o processo de assimilação da tecnologia cada vez que foi necessário endereçar-se a um novo fornecedor.²⁷

A utilização da tecnologia militar ocidental desestabiliza a economia dos países africanos, provoca grandes perturbações na repartição das potencialidades de produção e faz crescer a participação do aparelho militar superior à gestão econômica.

Por exemplo as diferenças em matéria de retribuição do trabalho incita os "Sábios" e engenheiros mais dotados, os técnicos e os trabalhadores mais qualificados a passarem da esfera civil para a esfera da produção de armamento.

A influência negativa da produção de armamentos por certos países africanos traduz-se também no envolvimento destes países em "alianças" e compromissos mútuos, nos quais eles desempenham basicamente o papel de fornecedores de matérias primas indispensáveis à indústria de armamentos. A África do Sul é um destes exemplos. Os investimentos diretos dos países capitalistas mais industrializados na África do Sul remontam atualmente a 28 bilhões de dólares, dos quais 80% constitui a parte das sociedades multinacionais dos Estados Unidos, da RFA e da Grã Bretanha. Extraem na RAS 54 tipos de matérias primas minerais. Este país é o principal fornecedor do mundo capitalista de produtos tais como minerais de manganésio e dos cromáticos, o vanádio e a platina, mo autimoino, os diamantes técnicos e de joalheria. Por sua vez a parte da RAS nas importações globais dos Estados Unidos é atualmente 55% para os cromites, 31% para os minerais de manganésio e aproximadamente 50% para platina e seus derivados. Um dos aspectos da repercussão da crise mundial sobre a economia africana é justamente por um lado a prática neocolonialista de espoliação das riquezas naturais por parte das potências imperialistas, e a sua utilização para fins militares por outro.

(27) N. Tchernychev: L'alliance des monopoles et des militaristes contre les pays en voie de développement, in *La Vie Internationale*, 11, 1986, p. 87.

2. O caso particular da África Austral

É particularmente na África Austral que se faz sentir o peso do Militarismo sobre a crise econômica. Na África Austral há uma ligação estreita entre a segurança e a evolução dos processos econômicos, nomeadamente em função da diversidade dos fatores locais, do papel diferenciado do Estado, do posicionamento em relação à África do Sul e do grau de conflitualidade interna.

Os problemas que se põem hoje em dia em Moçambique e em Angola, bem como em menor medida em Zimbabwe e em Tanzânia, giram, com efeito, essencialmente em volta dos aspectos de segurança e particularmente do militarismo. São países com um forte orçamento militar, que definem as suas opções estratégicas a partir de considerações de ordem mais militar que econômica. Pode-se dizer que em quatro países da linha da frente é impossível separar qualquer análise econômica da dimensão que os aspectos militares assumem.

Entre as causas que contribuem para este estado de coisas, o intervencionismo de Pretória é, sem dúvida, a que mais se populariza.

Este intervencionismo provocou um crescimento brutal das despesas militares, que conduziu progressivamente certos países a envolverem-se em processos de militarização, o que por sua vez, para além das consequências econômicas imediatas, faz crescer a dimensão dos conflitos e aumentar as condições para legitimação de intervenções diretas. A afetação massiva de recursos ao setor de segurança é deste modo um fator de instabilidade, no sentido de que provoca a desarticulação das estruturas econômicas e, conseqüentemente, das estruturas políticas e sociais. Vários tipos de distorção que intervêm ao nível das políticas econômicas estão intimamente ligados à desproporcionalidade dos orçamentos de defesa, à extensão dos conflitos locais e ao sistema de permanente insegurança que reina na África Austral desde há uma década e que foi agravada pela profunda crise econômica resultante de subida astronômica dos preços de petróleo, do aumento dos bens manufaturados, da queda de preços das matérias primas e dos respectivos produtos de exportação.

A incidência dos esforços de modernização militar na aceitação de novos métodos de trabalho, bem como a diminuição do nível de coesão nacional são evidentes.

De fato é impossível refletir sobre aspectos fulcrais das suas estratégias de desenvolvimentos como por exemplo a mecanização parcial da agricultura, e sobre todas as suas consequências imediatas (êxodo da força de trabalho para as cidades, aumento acelerado da emigração, deterioração das questões alimentares), sem explorar a sua articulação com os problemas de segurança. O agravamento dramático dos problemas alimentares em

Moçambique por exemplo está certamente condicionado pela impossibilidade de cultivar certos campos e/ou de fazer colheita dos produtos agrícolas devido à ação terrorista dos bandos armados da RENAMO, mas neste contexto, seria também legítimo procurar o grau de implicação das despesas militares na diminuição de outras despesas. Seja como for, devido a situação de segurança permanente em que se encontram os países da região, particularmente Angola e Moçambique, constitui-se um círculo vicioso de difícil transposição: a deterioração das condições materiais de vida nos meios rurais e nas cidades provocam, pouco a pouco, a desmobilização e à despolitização de uma parte considerável da população em relação às políticas levadas a cabo por Maputo e por Luanda, afetando direta ou indiretamente o processo produtivo nacional. Ora numa situação de crise de hipoprodução é impossível pensar na elevação ou mesmo na manutenção do nível de vida das populações. O círculo vicioso é completo e as perspectivas para sair dela não são encorajadoras uma vez que ela (a superação desta situação) tem a haver com uma rede bastante complexa de relações (contradições) internas e externas, nomeadamente com as contradições MPLA-UNITA, FRELIMO-RENAMO, ANGOLA/MOÇAMBIQUE - ÁFRICA DO SUL, entre outros.

É particularmente na África Austral que as ações práticas, bem como a ideologia militarista têm repercussões também a nível do conteúdo atribuído a determinados conceitos da vida. No que toca por exemplo à segurança, ele em vez de encerrar a existência de um clima de paz social e de prosperidade sociais, é definida em relação à afirmação militar, e só em segundo plano em relação à necessidade de resolver os problemas de natureza alimentar, educacionais, demográficos, de alojamento. A aquisição de novas armas torna-se símbolo de independência nacional. Em Moçambique por exemplo os investimentos no domínio da defesa tiveram que ser multiplicados por 10: 12.000.000\$00 em 1975 e 124.000.000\$00 em 1982. Em Angola elas ultrapassaram, segundo o próprio presidente E. Santos, os 10 milhares de dólares, número que é bem superior às estimativas avançadas por um estudo recente e sério, o qual pretende que durante os anos de 1978, 1979 e 1980, os orçamentos de defesa andem à volta de 300 milhões de dólares anuais. Para garantir a sua existência como Estado-Nações Angola e Moçambique são obrigados a dedicar mais de metade do orçamento do Estado à defesa.²⁸ Nos outros países da linha da frente, orçamentos da defesa são igualmente elevados e muito desproporcionados em relação aos recursos de que dispõem.

(28) See Alberto Santos: Relações de forças, conflitualidade e interesses em jogo..., in *Economia e Socialismo*, Ano X, nº 68, 1986, p. 20.

No Zimbabwe, os investimentos foram muito importantes em 1979, 1980 e 1981. Em 1980, eram da ordem de 450 milhões de dólares, ou seja, 8,4% do PNB. Após 1982, há um ligeiro decréscimo.

Na Zâmbia, onde os efetivos do exército mais que triplicaram entre 1981 e 1985 (4.000 homens em 1971, 5.800 em 1975, 14.300 em 1980 e 1985), os investimentos na defesa representaram em 1983 cerca de 42% do PNB.

Na Tanzânia, o orçamento de defesa quase triplicou entre 1975 e 1979 passou de 175 a 440 milhões de dólares, o que representa respectivamente 7,7% e 16,3% do PNB.

Botswana aumentou igualmente, de forma contínua, as suas despesas militares durante a década passada.

Em 1985, o orçamento da defesa representava 6,4% do orçamento do Estado.²⁹

Podemos dizer que há uma relação causal entre os esforços de modernização militar envidados por Moçambique, Angola e Zimbabwe e a política eminentemente ofensiva da África do Sul, que multiplicou as suas ações desestabilizadoras com o intuito de provocar o desmantelamento das suas estruturas de produção, condição julgada necessária para provocar em seguida o enfraquecimento dos sistemas políticos progressistas na região. Portanto mais de que com o perigo de perder a guerra com a África do Sul no terreno puramente militar, estes Estados têm que se acautelar com um desmoronamento lento e progressivo das suas estruturas económicas e sociais, através de uma militarização cada vez mais acentuada de todos os aspectos de vida nacional, descurando outros setores, que, em condições normais, deviam funcionar como a força motora do desenvolvimento social.

CONCLUSÃO

Apesar das suas diferentes formas de manifestação o militarismo foi e continua a ser um fenómeno inerente ao sistema capitalista e está orientado a perpetuar as relações de desigualdade existentes entre as nações capitalistas por um lado e os países em vias de desenvolvimento, entre os quais os africanos ocupam uma posição cada vez mais crítica, por outro.

No caso concreto da África e sob o ponto de vista externo o militarismo manifesta-se na crescente presença militar de certos países ocidentais

(29) *Ibid.*, p. 21.

particularmente da França e dos Estados Unidos, na tentativa destes em militarizar as suas relações com os países africanos, bem como em ações de desestabilização de Estados progressistas através de intervenções diretas ou indiretas, encorajamentos de ações contra-revolucionárias e aticamento de conflitos regionais e separatismos.

Esta política praticada por exemplo pelos Estados Unidos em relação a Etiópia, Angola e Moçambique, coordenando as suas ações com outros Estados imperialistas e utilizando na concretização desta política Estados como Israel e República da África do Sul.

Ainda sob o ponto de vista externo e no que diz respeito às formas particulares de manifestação do militarismo produziu-se um fenômeno que resolvemos designar por fenomenologia do militarismo. Este fenômeno consiste basicamente no fato de a ocupação e realização da estratégia e da política imperialista ter provocado uma reação por parte das forças progressistas, nomeadamente dos países socialistas, que se viram obrigados a apoiar os países africanos ameaçados pelas potências imperialistas. Apesar do seu caráter internacionalista e do fato dela ter modificado positiva e notavelmente o curso dos acontecimentos em África num período crucial para a salvaguarda da soberania e independência dos seus povos e a despeito das idílicas intenções que a provocaram, a ajuda dos países Socialistas provocou, e num sentido diferente uma certa "militarização" das relações entre eles e alguns países africanos, militarização essa que se traduziu no aparecimento e, durante um certo tempo, incremento do número de tropas e conselheiros oriundos dos países Socialistas em certos países africanos (Angola e Moçambique sobretudo), na implementação do comércio / envio de armas dos países socialistas para os países africanos, no apoio temporário a regimes militares ou de origem militar. E desta forma a África não só se está convertendo num campo para a guerra fria, como também se manter incerta na programação estratégica e, em certa medida nas estruturas de força das grandes potências. Isto comporta muitos riscos para os países africanos. E como dizia Robin Luckham³⁰ é provável que os aliados externos estimem ocasionalmente fatores limitativos nos conflitos, mas os incentivos para envios de armas e a ajuda militar aos aliados africanos anularam tais limitações. Tal ajuda provavelmente aumentou o alcance, a duração e a capacidade

(30) Robin Luckham, op. cit. p. 67.

destrutiva dos conflitos africanos e o perigo de que tais conflitos possam piorar as relações entre as potências e incluso precipitaram conflito a nível global.

A nível interno o militarismo tem se manifestado em África quer através do crescente desrespeito das instituições e decisões constitucionais e simultâneo reforço do poder das estruturas militares e para-militares ao serviço da preservação do status quo, quer através do aumento das despesas para fins militares.

E como se isso não chegasse para demonstrar o caráter militar de certos regimes africanos, a própria linguagem política utilizada pelas elites no poder tornam-se militaristas. Longe de querer retomar o debate controversa sobre a questão de saber se a crise em África é o produto de uma crise no centro do sistema mundial capitalista ou corrolário dos aspectos internos da crescente militarização das Sociedades africanas, parece-nos evidente que há uma estreita ligação, leia-se dialética, entre o fenômeno da crise e o do militarismo em África. Se por um lado os tremendos gastos em armas, equipamento e tecnologias bélicas, bem como a manutenção de corpos regulares de exército têm uma influência negativa no crescimento econômico global de certos países africanos, não é menos verdade que o enveredamento destes países pelo militarismo constitui em si a expressão da crise global (econômica, política e cultural) em que estes países se encontram.

É extremamente difícil determinar exatamente quais têm sido os efeitos dos gastos militares sobre os resultados econômicos e sobretudo, determinar o grau de responsabilidade do aumento de tais gastos nos anos 60 e 70 na crise econômica que golpeou a África. Sabe-se relativamente pouco sobre os preços, os financiamentos e as condições de crédito das transações relativas a armas para poder generalizar sobre os seus custos reais em moedas estrangeiras e sobre seu impacto sobre o endividamento dos países africanos. Não há dúvida porém que uma parte substancial das já escassas divisas dos países africanos se destina a gastos militares, o que prejudica sobretudo as importações de bens de equipamento. As despesas militares têm uma incidência negativa sobre o emprego; elas constituem um pesado fardo para todos os países do mundo, mas sobretudo para os países africanos em vias de desenvolvimento. Particularmente no que diz respeito à importação massiva de armamentos, elas deformam a estrutura do comércio exterior desses países, enfraquecem inevitavelmente o seu sistema financeiro nacional, pois a maior parte dos jovens Estados não dispõe de reservas monetárias para adquirir os artigos militares, sendo obrigados a comprá-los a crédito. E nestas circunstâncias os bancos privados ditam as suas

CARDOSO, Carlos. Militarismo e Crise Econômica em África. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 14-15 (1): 119-142, 1991/1992.

condições e procuram estabelecer a sua dominação sobre as finanças destes Estados; deterioram sensivelmente a estrutura de produção destes Estados. As importações de material bélico, diferentemente das de artigos civis, não são nada mais que uma dilapidação dos artigos dos recursos, porque elas não contribuem nem para o consumo, nem para o tesouro (acumulação).

ABSTRACT: The article analyses the causes of the increasing militarization of the African Continent stressing different actors that act on that regions, giving special attention to African Austral question.

It correlates the military expenditure with the Economic crisis that affects the African Continent. The author also questions the reflexes of the military phenomenon on political and cultural variables.

às previsões. No decurso de toda a década, os seus gastos militares não registraram um aumento muito maior ao dos países importadores de petróleo.

O quadro começou a mudar notavelmente até aos finais dos anos 70, quando a recessão começou a golpear as economias africanas. Em 1977-78, já se tinha nivelado o aumento dos gastos militares. Dos dados incompletos disponíveis, pode-se deduzir que é bastante provável que os gastos militares do continente, no seu conjunto, assim como os da maioria dos países africanos, começaram a diminuir (em termos reais) a partir de 1979 e durante os primeiros anos 80¹⁸.

É extremamente difícil por exemplo determinar quais têm sido os efeitos dos gastos militares sobre os resultados económicos e, sobretudo, estabelecer o grau de responsabilidade do aumento de tais gastos nos anos 60 e 70 na crise económica que golpeou a África.

Estudos recentes¹⁹ sugerem que os gastos militares aumentaram mais rapidamente nas economias de rendimento médio e de maior crescimento, e que cresceram mais lentamente e inclusive diminuiu nas economias mais pobres e de crescimento mais lento. Segundo Luckham isto pode dever-se simplesmente ao facto de que nos países de rendimento médio os factores aos quais se deve o crescimento não militar – entre os quais se encontra o rápido aumento dos benefícios dos produtores de petróleo e outros minerais – provocaram também um maior gasto no sector militar, enquanto que nas economias de crescimento mais lento os gastos militares diminuíram por causa da rápida inflação e da diminuição dos ingressos dos governos.

Não obstante isso e como também dizia Tomás Szentes, "perante a natureza complexa e multifacéticas manifestações da militarização assim como das suas interações multidimensionais com o desenvolvimento sócio-económico, não podemos tomar os dados estatísticos respeitantes ao volume e ao crescimento das despesas militares directas, tamanho das forças armadas e o número de cientistas e técnicos empregues na produção e investigação de armas, etc., como indicador suficiente do total de perdas ou uso indevido, causado pela militarização global, dos recursos disponíveis para desenvolvimento económico.

Estas estatísticas são certamente muito úteis para ilustrar o uso totalmente irracional, o desperdício absurdo dos escassos recursos de desenvolvimento. Elas demonstram, contudo, apenas o topo do "iceberg" e não podem de forma alguma indicar aquelas diversas perdas sócio-económicas,

(18) See *ibid.*, pág. 51.

(19) See for instance Robin Luckham, *op. cit.*, p. 50.

destrutiva dos conflitos africanos e o perigo de que tais conflitos possam piorar as relações entre as potências e incluso precipitaram conflito a nível global.

A nível interno o militarismo tem se manifestado em África quer através do crescente desrespeito das instituições e decisões constitucionais e simultâneo reforço do poder das estruturas militares e para-militares ao serviço da preservação do status quo, quer através do aumento das despesas para fins militares.

E como se isso não chegasse para demonstrar o carácter militar de certos regimes africanos, a própria linguagem política utilizada pelas elites no poder tornam-se militaristas. Longe de querer retomar o debate controversa sobre a questão de saber se a crise em África é o produto de uma crise no centro do sistema mundial capitalista ou corrolário dos aspectos internos da crescente militarização das Sociedades africanas, parece-nos evidente que há uma estreita ligação, leia-se dialética, entre o fenómeno da crise e o do militarismo em África. Se por um lado os tremendos gastos em armas, equipamento e tecnologias bélicas, bem como a manutenção de corpos regulares de exército têm uma influência negativa no crescimento económico global de certos países africanos, não é menos verdade que o enveredamento destes países pelo militarismo constitui em si a expressão da crise global (económica, política e cultural) em que estes países se encontram.

É extremamente difícil determinar exactamente quais têm sido os efeitos dos gastos militares sobre os resultados económicos e sobretudo, determinar o grau de responsabilidade do aumento de tais gastos nos anos 60 e 70 na crise económica que golpeou a África. Sabe-se relativamente pouco sobre os preços, os financiamentos e as condições de crédito das transações relativas a armas para poder generalizar sobre os seus custos reais em moedas estrangeiras e sobre seu impacto sobre o endividamento dos países africanos. Não há dúvida porém que uma parte substancial das já escassas divisas dos países africanos se destina a gastos militares, o que prejudica sobretudo as importações de bens de equipamento. As despesas militares têm uma incidência negativa sobre o emprego; elas constituem um pesado fardo para todos os países do mundo, mas sobretudo para os países africanos em vias de desenvolvimento. Particularmente no que diz respeito à importação massiva de armamentos, elas deformam a estrutura do comércio exterior desses países, enfraquecem inevitavelmente o seu sistema financeiro nacional, pois a maior parte dos jovens Estados não dispõe de reservas monetárias para adquirir os artigos militares, sendo obrigados a comprá-los a crédito. E nestas circunstâncias os bancos privados ditam as suas

países africanos exportadores de petróleo não só aumentaram rapidamente, mas também representaram grande parte do total continental nos dois períodos citados: 48% em 1975-76, 51% em 1978-80. Também neste caso as estatísticas nem sempre refletem cabal e fielmente a realidade. É reconhecido que as partes estatísticas disponíveis tendem a subestimar o valor do comércio de armas.²⁴ não só porque calculam por defeito as transferências de alguns exportadores, mas também porque omitem ou subvalorizam o comércio de armas ligeiras e das peças sobressalentes.

Tendo presentes tais omissões é provável que o valor das importações de armas possa comparar-se ao do pagamento do serviço da dívida externa (que no começo dos anos 80 girou em torno dos 12% do comércio exterior dos países da África Subsaariana) e possa representar até um terço de todas as importações de maquinaria e elementos de transporte.

Sabe-se relativamente pouco sobre os preços, os financiamentos e as condições de crédito das transações relativas a armas, para poder generalizar sobre seus custos reais em moeda estrangeira e sobre seu impacto sobre o endividamento dos países africanos.

Não há dúvida porém que uma parte substancial das já escassas divisas dos países africanos se destina a gastos militares, o que prejudica sobretudo as importações de bens de equipamento. As despesas militares têm uma incidência negativa sobre a dinâmica da expansão econômica, sobre o volume dos investimentos e sobre o emprego; elas constituem um pesado fardo para todos os países do mundo, mas sobretudo para os países africanos em vias de desenvolvimento.

Particularmente no que diz respeito à importação massiva de armamentos, elas deformam a estrutura do comércio exterior desses países, enfraquecem inevitavelmente o seu sistema financeiro nacional, pois a maior parte dos jovens Estados não dispõem de reservas monetárias para adquirir os artigos militares, sendo obrigados a comprá-los a crédito, e nestas circunstâncias os bancos privados ditam as suas condições e procuram estabelecer a sua dominação sobre as finanças destes Estados; deterioram sensivelmente a estrutura de produção destes Estados. As importações de material bélico, diferentemente das de artigos civis, não são nada mais que uma dilapidação de recursos, porque elas não contribuem nem para o consumo, nem para o tesouro (acumulação).

(24)Ibid., p. 58

Mesmo se as armas e as munições são fornecidas sob a forma de "dons", os custos de manutenção e de reparação destes materiais, bem como as despesas para a criação de infraestruturas necessárias são assumidas normalmente pelos países que as adquirem.

Naturalmente que a acumulação de armas não está homogeneamente distribuída. Somente 7 países – África do Sul, Egito, Líbia, Etiópia, Argélia, Marrocos e Nigéria (por ordem de capacidade militar) – podem afirmar que possuem uma capacidade militar convencional comparável àquela dos países fora da região. Destes só dois, Etiópia e Nigéria, se encontram na África Negra. No seu conjunto, estes 7 países realizaram 84% das importações continentais de armas "maiores" entre 1980 e 1983, foram responsáveis de 79% dos gastos militares em 1980 e dispõem de 72% de 1.800.000 homens de uniforme do continente africano.²⁵

O Egito apenas, gastou em 1985 4,14 bilhões de dólares só em questões militares. Este país tem que manter um exército de 445.000 homens, 427 aviões de combate, dos quais aproximadamente 150 comandos, 14 submarinos, etc.²⁶

A África do Sul ocupa o primeiro lugar dentre os países africanos mais armados. No entanto, segundo um relatório publicado pelo Departamento de Pesquisa Econômica da Universidade de Stellenbosch, na província de Cabo, o nível de vida médio dos sul-africanos continuará a baixar em 1987, e a crise em que se encontra o país não terminará mesmo que se registre um aumento de preço do ouro que melhoraria ligeiramente a economia. O desemprego, estimado por alguns especialistas em mais de 40% o que significa que atinge quatro a seis milhões de pessoas – aumentará ainda em 1987.

Os impostos não baixarão devido às necessidades orçamentais do Estado, a inflação permanecerá elevada, cerca de 15,5%, e o Rande continuará a enfraquecer face ao Dólar não obstante os esforços governamentais para mantê-lo entre 40 a 45 céntimos do Dólar. Os impostos sobre os rendimentos passarão de 11,7% em 1986 para 12% em 1987 e as taxas de juros passarão de 14,5% para 13%.

Na ilusão de diminuir a dependência em relação aos fornecedores de armas e outros materiais bélicos muitos países optaram pela produção interna de armamentos. No entanto a prática demonstra a inconsistência deste tipo de

(25)Ibid., p. 60.

(26)See *Jeune Afrique*, special, 13/20 Oct. 86, p. 61.

cálculo: a criação de uma indústria militar nacional nos países africanos só constitui para reforçar a influência dos países fornecedores de materiais e de tecnologia militares. O alto nível destes últimos não permite aos países pouco desenvolvidos apoiar-se no potencial científico e na produção nacional.

Conhece-se o caso de países onde, depois de vários anos de produção de armas sob licença estrangeira, foi necessário aprender, praticamente partindo do zero, todo o processo de assimilação da tecnologia cada vez que foi necessário endereçar-se à um novo fornecedor.²⁷

A utilização da tecnologia militar ocidental desestabiliza a economia dos países africanos, provoca grandes perturbações na repartição das potencialidades de produção e faz crescer a participação do aparelho militar superior à gestão econômica.

Por exemplo as diferenças em matéria de retribuição do trabalho incita os "Sábios" e engenheiros mais dotados, os técnicos e os trabalhadores mais qualificados a passarem da esfera civil para a esfera da produção de armamento.

A influência negativa da produção de armamentos por certos países africanos traduz-se também no envolvimento destes países em "alianças" e compromissos mútuos, nos quais eles desempenham basicamente o papel de fornecedores de matérias primas indispensáveis à indústria de armamentos. A África do Sul é um destes exemplos. Os investimentos diretos dos países capitalistas mais industrializados na África do Sul remontam atualmente a 28 bilhões de dólares, dos quais 80% constitui a parte das sociedades multinacionais dos Estados Unidos, da RFA e da Grã Bretanha. Extraem na RAS 54 tipos de matérias primas minerais. Este país é o principal fornecedor do mundo capitalista de produtos tais como minerais de manganésio e dos cromáticos, o vanádium e a platina, mo autimoine, os diamantes técnicos e de joalheria. Por sua vez a parte da RAS nas importações globais dos Estados Unidos é atualmente 55% para os cromites, 31% para os minerais de manganésio e aproximadamente 50% para platina e seus derivados. Um dos aspectos da repercussão da crise mundial sobre a economia africana é justamente por um lado a prática neocolonialista de espoliação das riquezas naturais por parte das potências imperialistas, e a sua utilização para fins militares por outro.

(27) N. Tchernychev: L'alliance des monopoles et des militaristes contre les pays en voie de développement, in *La Vie Internationale*, 11, 1986, p. 87.

2. O caso particular da África Austral

É particularmente na África Austral que se faz sentir o peso do Militarismo sobre a crise econômica. Na África Austral há uma ligação estreita entre a segurança e a evolução dos processos econômicos, nomeadamente em função da diversidade dos fatores locais, do papel diferenciado do Estado, do posicionamento em relação à África do Sul e do grau de conflitualidade interna.

Os problemas que se põem hoje em dia em Moçambique e em Angola, bem como em menor medida em Zimbábue e em Tanzânia, giram, com efeito, essencialmente em volta dos aspectos de segurança e particularmente do militarismo. São países com um forte orçamento militar, que definem as suas opções estratégicas a partir de considerações de ordem mais militar que econômica. Pode-se dizer que em quatro países da linha da frente é impossível separar qualquer análise econômica da dimensão que os aspectos militares assumem.

Entre as causas que contribuem para este estado de coisas, o intervencionismo de Pretória é, sem dúvida, a que mais se populariza.

Este intervencionismo provocou um crescimento brutal das despesas militares, que conduziu progressivamente certos países a envolverem-se em processos de militarização, o que por sua vez, para além das consequências econômicas imediatas, faz crescer a dimensão dos conflitos e aumentar as condições para legitimação de intervenções diretas. A afetação massiva de recursos ao setor de segurança é deste modo um fator de instabilidade, no sentido de que provoca a desarticulação das estruturas econômicas e, conseqüentemente, das estruturas políticas e sociais. Vários tipos de distorção que intervêm ao nível das políticas econômicas estão intimamente ligados à desproporcionalidade dos orçamentos de defesa, à extensão dos conflitos locais e ao sistema de permanente insegurança que reina na África Austral desde há uma década e que foi agravada pela profunda crise econômica resultante de subida astronômica dos preços de petróleo, do aumento dos bens manufaturados, da queda de preços das matérias primas e dos respectivos produtos de exportação.

A incidência dos esforços de modernização militar na aceitação de novos métodos de trabalho, bem como a diminuição do nível de coesão nacional são evidentes.

De fato é impossível refletir sobre aspectos fulcrais das suas estratégias de desenvolvimentos como por exemplo a mecanização parcial da agricultura, e sobre todas as suas consequências imediatas (êxodo da força de trabalho para as cidades, aumento acelerado da emigração, deterioração das questões alimentares), sem explorar a sua articulação com os problemas de segurança. O agravamento dramático dos problemas alimentares em

Moçambique por exemplo está certamente condicionado pela impossibilidade de cultivar certos campos e/ou de fazer colheita dos produtos agrícolas devido à ação terrorista dos bandos armados da RENAMO, mas neste contexto, seria também legítimo procurar o grau de implicação das despesas militares na diminuição de outras despesas. Seja como for, devido a situação de segurança permanente em que se encontram os países da região, particularmente Angola e Moçambique, constitui-se um círculo vicioso de difícil transposição: a deterioração das condições materiais de vida nos meios rurais e nas cidades provocam, pouco a pouco, a desmobilização e à despolitização de uma parte considerável da população em relação às políticas levadas a cabo por Maputo e por Luanda, afetando direta ou indiretamente o processo produtivo nacional. Ora numa situação de crise de hipoprodução é impossível pensar na elevação ou mesmo na manutenção do nível de vida das populações. O círculo vicioso é completo e as perspectivas para sair dela não são encorajadoras uma vez que ela (a superação desta situação) tem a haver com uma rede bastante complexa de relações (contradições) internas e externas, nomeadamente com as contradições MPLA-UNITA, FRELIMO-RENAMO, ANGOLA/MOÇAMBIQUE - ÁFRICA DO SUL, entre outros.

É particularmente na África Austral que as ações práticas, bem como a ideologia militarista têm repercussões também a nível do conteúdo atribuído a determinados conceitos da vida. No que toca por exemplo à segurança, ele em vez de encerrar a existência de um clima de paz social e de prosperidade sociais, é definida em relação à afirmação militar, e só em segundo plano em relação à necessidade de resolver os problemas de natureza alimentar, educacionais, demográficos, de alojamento. A aquisição de novas armas torna-se símbolo de independência nacional. Em Moçambique por exemplo os investimentos no domínio da defesa tiveram que ser multiplicados por 10: 12.000.000\$00 em 1975 e 124.000.000\$00 em 1982. Em Angola elas ultrapassaram, segundo o próprio presidente E. Santos, os 10 milhares de dólares, número que é bem superior às estimativas avançadas por um estudo recente e sério, o qual pretende que durante os anos de 1978, 1979 e 1980, os orçamentos de defesa andem à volta de 300 milhões de dólares anuais. Para garantir a sua existência como Estado-Nações Angola e Moçambique são obrigados a dedicar mais de metade do orçamento do Estado à defesa.²⁸ Nos outros países da linha da frente, orçamentos da defesa são igualmente elevados e muito desproporcionados em relação aos recursos de que dispõem.

(28) See Alberto Santos: Relações de forças, conflitualidade e interesses em jogo..., in *Economia e Socialismo*, Ano X, nº 68, 1986, p. 20.

No Zimbabwe, os investimentos foram muito importantes em 1979, 1980 e 1981. Em 1980, eram da ordem de 450 milhões de dólares, ou seja, 8,4% do PNB. Após 1982, há um ligeiro decréscimo.

Na Zâmbia, onde os efetivos do exército mais que triplicaram entre 1981 e 1985 (4.000 homens em 1971, 5.800 em 1975, 14.300 em 1980 e 1985), os investimentos na defesa representaram em 1983 cerca de 42% do PNB.

Na Tanzânia, o orçamento de defesa quase triplicou entre 1975 e 1979 passou de 175 a 440 milhões de dólares, o que representa respectivamente 7,7% e 16,3% do PNB.

Botswana aumentou igualmente, de forma contínua, as suas despesas militares durante a década passada.

Em 1985, o orçamento da defesa representava 6,4% do orçamento do Estado.²⁹

Podemos dizer que há uma relação causal entre os esforços de modernização militar envidados por Moçambique, Angola e Zimbabwe e a política eminentemente ofensiva da África do Sul, que multiplicou as suas ações desestabilizadoras com o intuito de provocar o desmantelamento das suas estruturas de produção, condição julgada necessária para provocar em seguida o enfraquecimento dos sistemas políticos progressistas na região. Portanto mais de que com o perigo de perder a guerra com a África do Sul no terreno puramente militar, estes Estados têm que se acautelar com um desmoronamento lento e progressivo das suas estruturas económicas e sociais, através de uma militarização cada vez mais acentuada de todos os aspectos de vida nacional, descurando outros setores, que, em condições normais, deviam funcionar como a força motora do desenvolvimento social.

CONCLUSÃO

Apesar das suas diferentes formas de manifestação o militarismo foi e continua a ser um fenómeno inerente ao sistema capitalista e está orientado a perpetuar as relações de desigualdade existentes entre as nações capitalistas por um lado e os países em vias de desenvolvimento, entre os quais os africanos ocupam uma posição cada vez mais crítica, por outro.

No caso concreto da África e sob o ponto de vista externo o militarismo manifesta-se na crescente presença militar de certos países ocidentais

(29) Ibid., p. 21.

particularmente da França e dos Estados Unidos, na tentativa destes em militarizar as suas relações com os países africanos, bem como em ações de desestabilização de Estados progressistas através de intervenções diretas ou indiretas, encorajamentos de ações contra-revolucionárias e aticamento de conflitos regionais e separatismos.

Esta política praticada por exemplo pelos Estados Unidos em relação a Etiópia, Angola e Moçambique, coordenando as suas ações com outros Estados imperialistas e utilizando na concretização desta política Estados como Israel e República da África do Sul.

Ainda sob o ponto de vista externo e no que diz respeito às formas particulares de manifestação do militarismo produziu-se um fenômeno que resolvemos designar por fenomenologia do militarismo. Este fenômeno consiste basicamente no fato de a ocupação e realização da estratégia e da política imperialista ter provocado uma reação por parte das forças progressistas, nomeadamente dos países socialistas, que se viram obrigados a apoiar os países africanos ameaçados pelas potências imperialistas. Apesar do seu caráter internacionalista e do fato dela ter modificado positiva e notavelmente o curso dos acontecimentos em África num período crucial para a salvaguarda da soberania e independência dos seus povos e a despeito das idílicas intenções que a provocaram, a ajuda dos países Socialistas provocou, e num sentido diferente uma certa "militarização" das relações entre eles e alguns países africanos, militarização essa que se traduziu no aparecimento e, durante um certo tempo, incremento do número de tropas e conselheiros oriundos dos países Socialistas em certos países africanos (Angola e Moçambique sobretudo), na implementação do comércio / envio de armas dos países socialistas para os países africanos, no apoio temporário a regimes militares ou de origem militar. E desta forma a África não só se está convertendo num campo para a guerra fria, como também se manter incerta na programação estratégica e, em certa medida nas estruturas de força das grandes potências. Isto comporta muitos riscos para os países africanos. E como dizia Robin Luckham³⁰ é provável que os aliados externos estimem ocasionalmente fatores limitativos nos conflitos, mas os incentivos para envios de armas e a ajuda militar aos aliados africanos anularam tais limitações. Tal ajuda provavelmente aumentou o alcance, a duração e a capacidade

(30) Robin Luckham, op. cit. p. 67.

destrutiva dos conflitos africanos e o perigo de que tais conflitos possam piorar as relações entre as potências e incluso precipitaram conflito a nível global.

A nível interno o militarismo tem se manifestado em África quer através do crescente desrespeito das instituições e decisões constitucionais e simultâneo reforço do poder das estruturas militares e para-militares ao serviço da preservação do status quo, quer através do aumento das despesas para fins militares.

E como se isso não chegasse para demonstrar o caráter militar de certos regimes africanos, a própria linguagem política utilizada pelas elites no poder tornam-se militaristas. Longe de querer retomar o debate controversa sobre a questão de saber se a crise em África é o produto de uma crise no centro do sistema mundial capitalista ou corrolário dos aspectos internos da crescente militarização das Sociedades africanas, parece-nos evidente que há uma estreita ligação, leia-se dialética, entre o fenômeno da crise e o do militarismo em África. Se por um lado os tremendos gastos em armas, equipamento e tecnologias bélicas, bem como a manutenção de corpos regulares de exército têm uma influência negativa no crescimento econômico global de certos países africanos, não é menos verdade que o enveredamento destes países pelo militarismo constitui em si a expressão da crise global (econômica, política e cultural) em que estes países se encontram.

É extremamente difícil determinar exatamente quais têm sido os efeitos dos gastos militares sobre os resultados econômicos e sobretudo, determinar o grau de responsabilidade do aumento de tais gastos nos anos 60 e 70 na crise econômica que golpeou a África. Sabe-se relativamente pouco sobre os preços, os financiamentos e as condições de crédito das transações relativas a armas para poder generalizar sobre os seus custos reais em moedas estrangeiras e sobre seu impacto sobre o endividamento dos países africanos. Não há dúvida porém que uma parte substancial das já escassas divisas dos países africanos se destina a gastos militares, o que prejudica sobretudo as importações de bens de equipamento. As despesas militares têm uma incidência negativa sobre o emprego; elas constituem um pesado fardo para todos os países do mundo, mas sobretudo para os países africanos em vias de desenvolvimento. Particularmente no que diz respeito à importação massiva de armamentos, elas deformam a estrutura do comércio exterior desses países, enfraquecem inevitavelmente o seu sistema financeiro nacional, pois a maior parte dos jovens Estados não dispõe de reservas monetárias para adquirir os artigos militares, sendo obrigados a comprá-los a crédito. E nestas circunstâncias os bancos privados ditam as suas

CARDOSO, Carlos. Militarismo e Crise Econômica em África. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 14-15 (1): 119-142, 1991/1992.

condições e procuram estabelecer a sua dominação sobre as finanças destes Estados; deterioram sensivelmente a estrutura de produção destes Estados. As importações de material bélico, diferentemente das de artigos civis, não são nada mais que uma dilapidação dos artigos dos recursos, porque elas não contribuem nem para o consumo, nem para o tesouro (acumulação).

ABSTRACT: The article analyses the causes of the increasing militarization of the African Continent stressing different actors that act on that regions, giving special attention to African Austral question.

It correlates the military expenditure with the Economic crisis that affects the African Continent. The author also questions the reflexes of the military phenomenon on political and cultural variables.